



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO –  
DECÊNIO 2024-2034**

**PROJETO DE LEI Nº 2614/2024**

Emenda substitutiva ao Plano Nacional de  
Educação, referente a Estratégia 9.16.

**EMENDA SUBSTITUTIVA Nº**

A Estratégia 9.16. passa a vigorar com a seguinte redação:

“Estratégia 9.16. Ampliar o número de salas de AEE nas escolas e promover melhorias estruturais, pedagógicas, de recursos humanos para permanência dos estudantes PAEE.”



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 617 | CEP 70160-900 - Brasília/DF  
Tel (61) 3215-5617 | [dep.professoralucienecavalcante@camara.leg.br](mailto:dep.professoralucienecavalcante@camara.leg.br)

Para verificar a assinatura, acesse <https://tribuna.leg.br/verificacao-assinatura/camara.leg.br/cas-2025-2026>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante

Apresentação: 20/05/2025 20:35:16.220 - PL2614/24  
EMC 2793/2025 PL2614/24 => PL 2614/2024

**EMC n.2793/2025**



\* C D 2 5 3 5 0 9 7 1 8 8 0 0 \*



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

## JUSTIFICATIVA

A reformulação da Estratégia 9.16 se justifica por precisar estabelecer com clareza que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve complementar - e nunca substituir - a escolarização regular, garantindo o direito ao currículo comum a todos os estudantes. A proposta inicial, ao sugerir diversificação de formas de AEE (remoto, domiciliar e hospitalar), corre o risco de fragilizar a matrícula na escola comum e reforçar modelos segregados. A LDB já prevê formas de atendimento EaD para estudantes em situação de hospitalização. A versão revisada mantém o foco no fortalecimento das salas de AEE nas escolas regulares, com melhorias estruturais e pedagógicas, reafirmando que o AEE é serviço de apoio à inclusão escolar, não substitutivo da educação regular. Essa abordagem preserva os princípios da educação inclusiva, evitando desvios para modelos assistenciais ou privatizantes, e assegura que os recursos da educação especial sejam investidos prioritariamente na eliminação de barreiras à participação plena na escola comum, em conformidade com a LBI e a PNEEPEI. A estratégia assim reforça que o AEE deve ocorrer preferencialmente no contexto escolar, como apoio à aprendizagem e não como alternativa à escolarização.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, de maio de 2025.

**PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE**  
**Deputada Federal - PSOL/SP**

